

**AS IMPORTAÇÕES NO BRASIL E SEUS EFEITOS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NACIONAL A PARTIR DOS ANOS
NOVENTA**

Manoel Carlos Rivas Franco Júnior – PPGE/UNISINOS

E-mail: manael@eletrotec.com.br

Angélica Massuquetti – PPGE/UNISINOS

E-mail: angelicam@unisinoss.br

Divanildo Triches – PPGE/UNISINOS

E-mail: divanildot@unisinoss.br

1 Introdução

O desenvolvimento da economia mundial, nas últimas décadas, foi acelerado pelo processo de liberalização comercial internacional, que teve início após as rodadas de negociação do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT) – que mais tarde transformou-se em Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o incentivo à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Além do fluxo de mercadorias, a liberalização ampliou o fluxo de capitais entre os países, gerando uma maior dependência financeira entre eles. A evolução da globalização comercial-financeira motivou reestruturações internas nos países, nos mais diversos setores, como o industrial, com o objetivo de enfrentar o novo ambiente de concorrência e de ampliar o nível de produção. A ampliação do comércio permitiu a evolução do desenvolvimento sócio-econômico mundial.

No entanto, os esforços para o desenvolvimento e para a melhoria da eficiência produtiva pelo livre comércio geraram um ônus maior para alguns países, principalmente países pequenos e emergentes. Essa realidade transformou as relações, inicialmente multilaterais, em regionais com a formação de blocos preferenciais de comércio com interesses em comum, evitando a destruição de setores produtivos pela globalização. Além disso, os países menores, ao se inserirem em blocos, como a União Européia (UE), Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) ou Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), adquirem um maior poder de negociação internacional na concorrência extra-bloco.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

O aumento do comércio do Brasil com os países membros do MERCOSUL foi, conforme Feistel (2006), imediato após a formação do bloco, elevando as exportações de 4% para 14% do total exportado entre 1990 e 1999, reduzindo para 9,2%, em 2004, devido à diversificação e à ampliação das exportações para países extra-bloco. As importações do bloco não sofreram impactos relevantes. Yeats (1998) verificou que o fluxo de comércio do Brasil para os demais membros do MERCOSUL cresceu, todavia, as mercadorias negociadas utilizam intensivamente capital e o país não tem vantagem comparativa nessa categoria de produtos no extra-bloco. Portanto, o autor constatou desvio de comércio e mudança na orientação regional nas importações dos países do bloco com o Brasil.

A abertura e a integração da economia mundial permitiram que tecnologias e conhecimentos fossem transmitidos mais facilmente aos países em desenvolvimento. Assim, esses países assimilariam novas técnicas mais rapidamente e, dessa maneira, poderiam fazer o *catch up* com os mais ricos como indica *World Bank* (2008),

O Brasil, desde o início dos anos noventa, procurou explorar ainda mais a economia mundial (comércio internacional), manter a estabilidade macroeconômica, combinar as altas taxas de poupança e de investimento, permitir uma maior liberdade de alocação dos recursos pelo mercado e fortalecer a credibilidade através das políticas macroeconômicas. O objetivo desse trabalho é investigar o papel da evolução das importações nacionais, principalmente a partir do início dos anos noventa, sobre o desenvolvimento sócio-econômico do país. Para tanto, o estudo divide-se em duas seções: na primeira, são abordados diversos aspectos do desenvolvimento sócio-econômico nacional, bem como da abertura comercial brasileira; e, na segunda, analisam-se, especificamente, as importações nacionais. Por fim, são apresentados os principais resultados dessa análise.

2 O desenvolvimento sócio-econômico no Brasil

A versão mais aceita quanto ao significado de desenvolvimento no período pós-guerra era, segundo Leite (1983), o crescimento da renda *per capita*, ou seja, a quantidade de renda por indivíduo. Como o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que mede a riqueza total produzida em um país e como a população varia muito de um país para outro, indicava-se como medida para o desenvolvimento o PIB *per capita* (renda nacional/população nacional). Ele compreende a soma de todas as riquezas produzidas e, dividindo-se pelo número de habitantes, é obtida a quantidade produzida por indivíduo. Para Furtado (1979), o

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

desenvolvimento ocorre a partir do momento em que cresce a produtividade no conjunto econômico. O autor ainda explica que as transformações internas são resultados de mudanças na forma de produção, gerando alterações na distribuição e na utilização da renda.

Contudo, nos anos 1970, de acordo com Leite (1983), um crescente número de economistas passou a considerar inadequado o crescimento do produto ou da renda para descrever o desenvolvimento, já que ele poderia ocultar os problemas de concentração de renda e detinha-se, exclusivamente, na dimensão econômica. Assim, outros indicadores deveriam ser considerados para melhor identificar o grau do desenvolvimento de um país. Neste sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida adequada para avaliar o desenvolvimento, já que considera aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

O IDH no Brasil apresentou, de acordo com Franco Júnior e Massuquetti (2008), evolução de 20,8% entre os anos de 1975 e 2001, fortemente influenciado pela estabilização da inflação no Brasil, variando de 0,643 para 0,777. Outro indicador que apresentou melhora significativa foi o Índice de Gini que, entre 2001 e 2005, demonstrou que a desigualdade na renda reduziu-se em 4,6%.

Em relação ao desempenho econômico e ao desenvolvimento no Brasil, conforme Bresser-Pereira (2005), a economia do país encontrava-se estagnada desde os anos oitenta e, por consequência, esse período denominou-se como a Grande Crise. A renda *per capita* brasileira cresceu menos de um por cento ao ano, sendo incapaz de absorver o crescimento da população e, portanto, verificou-se que a taxa de desemprego teve um aumento. As crises estavam relacionadas com a dívida externa e com a crise fiscal, gerando altas taxas de inflação. A reforma da economia brasileira iniciou-se entre os anos de 1983 e 1987 com uma política de desvalorização cambial, produzindo elevados superávits comerciais, continuando com a renegociação da dívida e com a abertura comercial. As ações citadas anteriormente, em especial a abertura comercial, se estenderam até o ano de 1990 e permitiram a neutralização da inflação a partir do ano de 1994. Em relação ao Plano Real, observa-se que a consistência das medidas adotadas para neutralizar a inflação levou à estabilização econômica, devolvendo o poder de compra aos indivíduos da faixa mais pobre da população.

Para Porto et al. (2004), após a forte liberalização comercial da economia brasileira no final da década de 1980, percebe-se um aumento da participação das exportações no PIB, modificando as relações internas no mercado de trabalho. Passou-se a exigir mão-de-obra

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

mais qualificada devido à tecnologia proveniente da abertura comercial, eliminando postos de trabalho com menor qualificação.

Também é possível citar outro aspecto importante quanto à abertura econômica e seus efeitos sobre a distribuição de renda: a heterogeneidade das regiões brasileiras. O setor industrial é bastante sensível ao processo de liberalização comercial e cada região sofreu impacto diferente nesse setor. Na opinião de Porto et al. (2004), com esse choque tecnológico, o mercado de trabalho sofreu uma alteração quanto ao perfil da demanda por trabalhadores, modificando a mobilidade e a distribuição de renda. Em outras palavras, no período de progresso tecnológico, a habilidade do trabalhador torna-se um fator determinante. Como existe uma demanda maior por trabalho qualificado, ocorre um aumento da desigualdade salarial dos mais qualificados em relação aos menos hábeis, aumentando, assim, a concentração de renda. A mobilidade de renda sugerida com o aumento da população, recebendo maiores e menores salários, condiz com o desaparecimento da classe média no período pós-Plano Real, porém, esse processo pode não ser detectado por indicadores de desigualdade. Erroneamente, debates sobre o desaparecimento da classe média carregam a impressão de que polarização e desigualdade de renda caminham na mesma direção. O desaparecimento da classe média tem relação com o esvaziamento de faixas de renda intermediárias, mudando para classes alta e baixa: “A observação teórica básica é a de que a polarização deve ser entendida de um modo diferenciado do conceito de desigualdade”, como mostram Porto et al. (2004, p.9).

O que foi possível perceber, conforme Bresser-Pereira (2005), é que o desenvolvimento de uma nação é um processo histórico que as sociedades buscam levar adiante como estratégia nacional. No caso do Brasil, o Governo Federal foi além da condição de facilitador e de mediador, passando a exercer o papel da iniciativa privada via estatais, num primeiro momento, e de promotor de programas de aceleração do crescimento numa fase posterior. Em sua opinião, o Estado deve ser forte, capaz de cobrar impostos e exercer seu poder através da lei. Como a taxa de crescimento econômico de um país depende da acumulação de capital e da incorporação de tecnologia à produção, é importante existir o incentivo das instituições do Governo Federal, via políticas, leis e ações sociais, baseadas em uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Uma das principais características da economia brasileira nas últimas duas décadas, observada no campo acadêmico, foi a melhora dos indicadores de desenvolvimento econômico, principalmente após o ano de 1995, quando já surtiam os efeitos do Plano Real. A

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

questão de fundo diz respeito ao papel que a abertura comercial – importações – teve sobre esse processo. Segundo *World Bank* (2008), estudos empíricos sugerem que as economias alcançaram seu progresso, nas últimas décadas, através da entrada de novas e mais produtivas tecnologias, promovendo uma destruição criativa.

3 As importações e o desenvolvimento

A crise da dívida no início da década de 1980 obrigou o Governo Federal a agir por meio da política cambial, incentivando a exportação de bens manufaturados. Essa política atuou sobre essa importante variável, influenciando os preços entre os países que mantêm relações comerciais.

Na década de 1990, ocorreram outras mudanças estruturais importantes para a economia brasileira, como, por exemplo, a política macroeconômica interna que tinha taxa de câmbio apreciada e controlada após 1994, para acelerar o crescimento das importações e controlar a inflação, influenciando diretamente nos fluxos de comércio e alterando a composição das importações e das exportações. Esse processo gerou um novo cenário para o desenvolvimento sócio-econômico no país. Em 1999, o regime de câmbio passou a ser flutuante e a taxa de câmbio atingiu uma faixa mais depreciada em relação a anterior. Após essa mudança, a composição do fluxo de comércio não se alterou e permaneceu deficitário, o que demonstra uma pequena influência da variável câmbio no período.

No início do ano de 2002, uma forte depreciação cambial ocorreu devido às incertezas sobre a mudança na presidência do país e as exportações cresceram rapidamente. Após o terceiro trimestre, a apreciação da taxa de câmbio não diminuiu o crescimento das exportações e as importações mantiveram-se estáveis até 2004, quando passaram a crescer.

A tabela 1 apresenta a evolução das relações comerciais do Brasil com outras regiões no período 1990-2007. Observa-se que os maiores parceiros comerciais do Brasil na década de 1990 foram a União Européia, com importações de US\$ 15,04 bilhões e exportações de US\$ 13,74 bilhões em 1999, e o NAFTA, com importações de US\$ 13,47 bilhões e exportações de US\$ 12,43 bilhões no mesmo ano.

Tabela 1 – Dispersão geográfica do comércio brasileiro no período 1990 a 2007 em US\$ milhões

	1990	1999	Crescimento 1990/1999(%)	2000	2007	Crescimento 2000/2007(%)
Importações						
Ásia	2.103	6.475	207,81	8.600	30.715	257,15

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

África	578	2.224	284,61	2.907	11.333	289,83
Oceania	110	292	165,56	334	807	141,22
Europa Oriental	144	439	205,97	749	2.766	269,02
NAFTA	4.826	13.475	179,18	14.879	22.575	51,72
UE	4.673	15.048	222,05	14.073	25.807	83,38
MERCOSUL	2.312	6.719	190,65	7.796	11.630	49,18
Oriente Médio	3.951	1.074	-72,82	1.561	3.205	105,36
Exportações						
Ásia	5.267	5.732	8,83	6.327	25.086	296,51
África	1.012	1.336	32,02	1.347	8.578	536,80
Oceania	233	269	15,56	376	702	86,99
Europa Oriental	294	798	171,10	498	4.309	765,31
NAFTA	8.745	12.430	42,14	15.654	31.936	104,01
UE	10.220	13.736	34,41	14.789	38.859	162,76
MERCOSUL	1.320	6.778	413,41	7.740	17.354	124,22
Oriente Médio	1.060	1.485	40,16	1.333	6.399	380,13
Saldo						
Ásia	3.164	-742	-	-2.273	-5.629	-
África	434	-887	-	-1.560	-2.754	-
Oceania	123	-22	-	41	-104	-
Europa Oriental	151	359	-	-251	1.543	-
NAFTA	3.919	-1044	-	775	9.361	-
UE	5.547	-1312	-	715	13.051	-
MERCOSUL	-992	59	-	-57	5.723	-
Oriente Médio	-2.892	411	-	-228	3.194	-

Fonte: FUNCEX (2009).

Ao analisar o período entre 2000 a 2007, constata-se uma variação percentual no comércio do Brasil com outras regiões superior ao contabilizado na década de 1990. As maiores variações de importações aconteceram para África (289,83%), Europa Oriental (269,02%) e Ásia (257,15%). Em relação às exportações, o crescimento ocorreu com a Europa Oriental (765,31%), África (536,80%) e Oriente Médio (380,13%). Em 2007, o maior destino de exportações brasileiras continuou sendo a União Européia, com US\$ 38,86 bilhões, e o NAFTA com US\$ 31,94 bilhões. No mesmo ano, as importações sofreram uma reorientação e a União Européia, que era o maior fornecedor de produtos no ano de 1999, cedeu a primeira posição para a Ásia que vendeu US\$ 30,71 bilhões em mercadorias para o Brasil. A constatação é de que existiu uma busca por novos mercados, diversificando, geograficamente, as relações comerciais e diminuindo o grau de dependência de regiões como a União Européia e o NAFTA.

Além de observar a orientação geográfica do comércio brasileiro no agregado, pode-se complementar a avaliação sobre os dados das importações de forma desagregada. Nesse sentido a tabela 2 apresenta as importações brasileiras por categoria de usos no período que se estende de 1990 a 2008. Observa-se que os bens intermediários (BI) e os bens de capital

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

(BK), ligados à cadeia produtiva, têm as maiores participações nas importações com cerca de 60% e 14%, respectivamente em 2008.

Tabela 2 – Importações brasileiras por categoria de uso no período de 1990 a 2008 em US\$ milhões

	1990	1999	Crescimento 1990/1999(%)	2000	2008	Crescimento 2000/2008(%)
Total	20.661	49.302	138,62	5.5851	173.197	210,1055
BCD	257	1.888	634,55	1.887	7.758	311,1288
BCND	1.598	4.580	186,58	4.140	10.116	144,3478
BI	10.895	27.892	156,01	32.489	99.883	207,4364
BK	2.917	10.121	246,96	9.690	24.935	157,3271
Combustíveis	4.994	4.821	-3,46	7.645	30.505	299,019

Fonte: FUNCEX (2009).

Nota: BI são bens intermediários; BK, bens de capital; BCD, bens de consumo duráveis; BCND, bens de consumo não duráveis.

No que se refere ao crescimento, ainda por meio da tabela 2, os bens de consumo duráveis se destacaram com uma taxa de 634,55 % no período de 1990 a 1999 e de 311% ao longo dos anos de 2000 a 2008. Esse crescimento foi muito acima daquele verificado no agregado, ou seja, de 138,62 e 173,19 nos respectivos períodos.

3.1 As barreiras comerciais

O crescimento das importações, demonstrado no gráfico 1, está fortemente ligado ao processo de flexibilização comercial no Brasil e que auxiliou no processo de estabilização da inflação a partir da redução dos preços das importações e da regularidade da quantidade importada. O fator marcante no processo de liberalização foi que a formatação da abertura e o cenário econômico brasileiro dificultaram a retomada de medidas protecionistas na tentativa de diminuir o déficit na balança comercial. Após os acordos firmados junto ao MERCOSUL e à OMC, qualquer ruptura unilateral motivaria represálias, neutralizando as medidas protecionistas implementadas como discutem Azevedo e Portugal (1997).

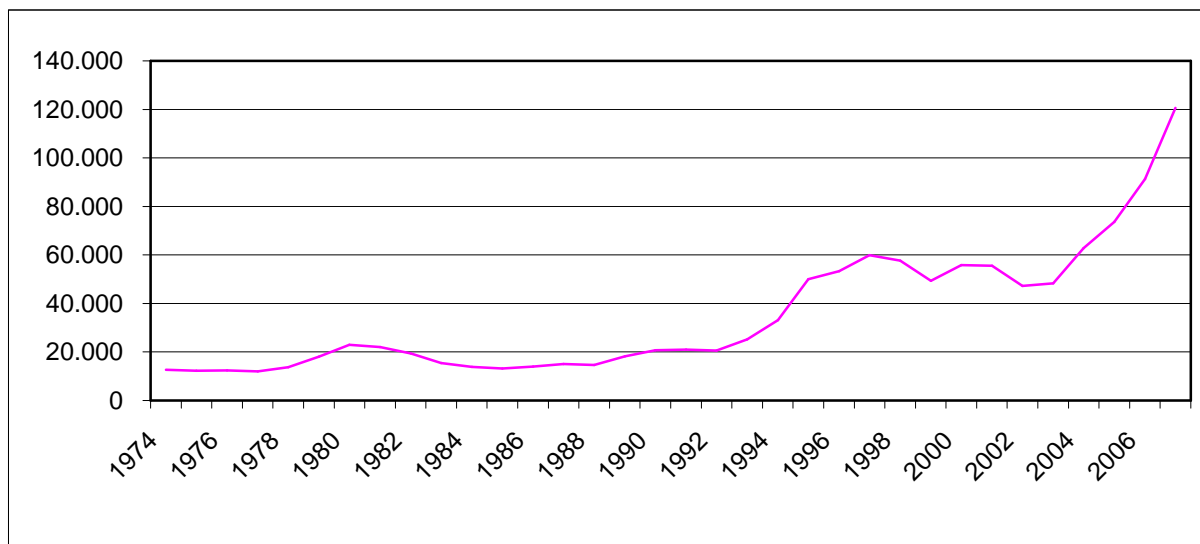
III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

Gráfico 1 – Evolução do valor das importações brasileiras anuais no período de 1974 a 2006 em US\$ milhões



Fonte: FUNCEX (2008).

Após um período em que o Brasil esteve fechado às importações, principalmente durante a crise na balança comercial, inicia-se o processo de liberalização em 1988 com a redução de restrições tarifárias e não-tarifárias. O processo acentuou-se na década de 1990, porém, foi realmente efetivado com o Plano Real conforme se observa nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Tarifa Nominal de importação brasileira no período de 1985 a 1990 (%)

Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Média	51,3	51,3	51	41	35,5	32,2
Moda	30	30	30	40	40	40
Desvio Padrão	26	26	26,3	17,6	20,8	19,6

Fonte: SECEX (2008).

Tabela 5 – Evolução efetiva da Tarifa Legal de importação brasileira de 1991 a 1995 (%)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995
Tarifa Nominal Média	25,3	20,8	16,5	14	12,6
Efetiva Legal Moda	20	20	20	20	20
Desvio Padrão	17,4	14,2	10,7	8,3	9,0

Fonte: SECEX (2008).

Na primeira fase, o crescimento das importações ocorreu em razão da diminuição expressiva da tarifa de produtos com maior peso em índices de preços e redução da Tarifa Externa Comum (TEC) em 1994. O maior período de crescimento de importações ocorreu entre 1993 e 1995, aumentando em 100%. Além da redução das alíquotas, as importações

também foram influenciadas positivamente pelo crescimento econômico, pelo maior acesso a financiamentos externos para importações e valorização da taxa de câmbio.

3.2 A balança comercial e o câmbio

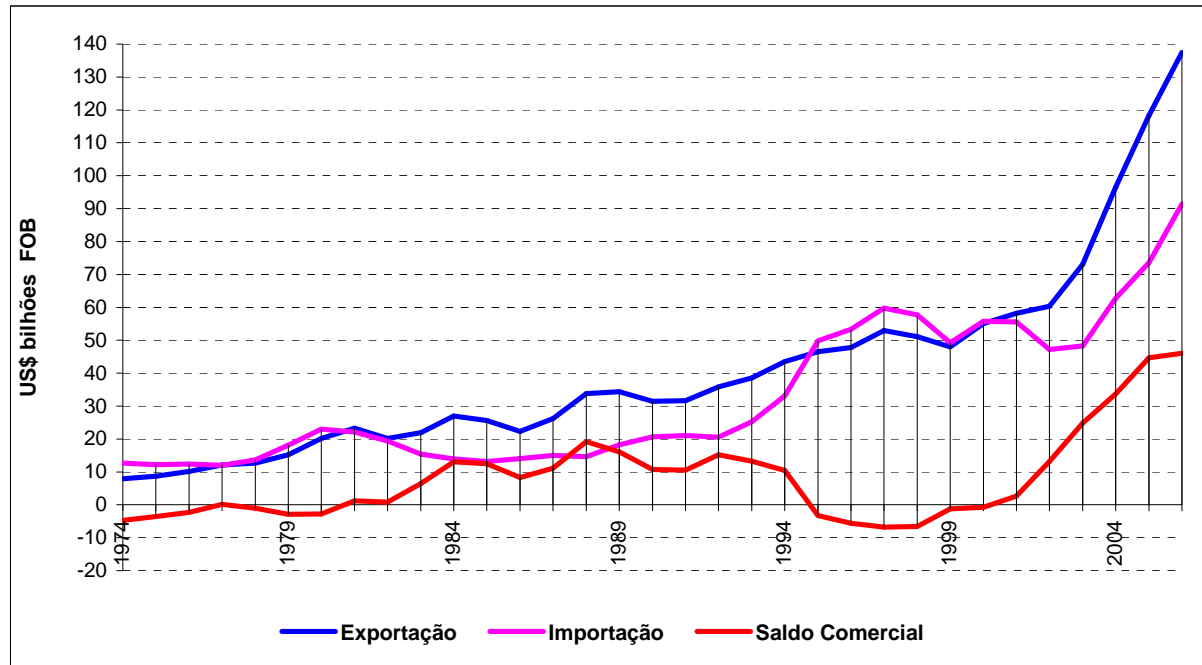
As mudanças estruturais da economia brasileira na década de 1990 tiveram efeitos importantes para o desenvolvimento das atividades externas do país. Inicialmente, o período apresentou superávit na balança comercial que foi revertido em 1997 e 1998 para déficits de US\$ 6,7 bilhões e US\$ 6,6 bilhões, respectivamente. Esse panorama foi consequência da política macroeconômica interna que tinha uma taxa de câmbio controlada e apreciada, favorecendo as importações. Após a alteração para o regime de câmbio flutuante em 1999, a taxa de câmbio estabilizou-se em um nível mais depreciado e melhorou o saldo da balança comercial até 2002. As incertezas sobre a mudança na presidência do país colaboraram para a apreciação da taxa de câmbio e as exportações cresceram rapidamente.

Apesar da apreciação da taxa de câmbio após o terceiro trimestre de 2002, as exportações continuaram crescendo e as importações mantiveram-se estáveis até meados de 2004, demonstrando uma menor importância da variável câmbio no saldo da balança comercial.

Em 1995, algumas tarifas foram elevadas, pois a balança comercial apresentou um déficit pelo forte crescimento das importações, conforme gráfico 2, que não poderia ser financiado com recursos externos porque as taxas de juros estavam elevadas pela crise cambial mexicana.

Verifica-se, também pelo gráfico 2, que, após o realinhamento cambial, a redução do déficit na balança comercial não ocorreu apenas pelo aumento das exportações, mas principalmente pela desaceleração das importações em relação às exportações. De qualquer maneira, o desempenho do comércio brasileiro foi superior aos resultados dos outros países da América do Sul como mostra Ribeiro (2006).

Gráfico 2 – Evolução da balança comercial brasileira ao longo de 1974 a 2006 em US\$ bilhões



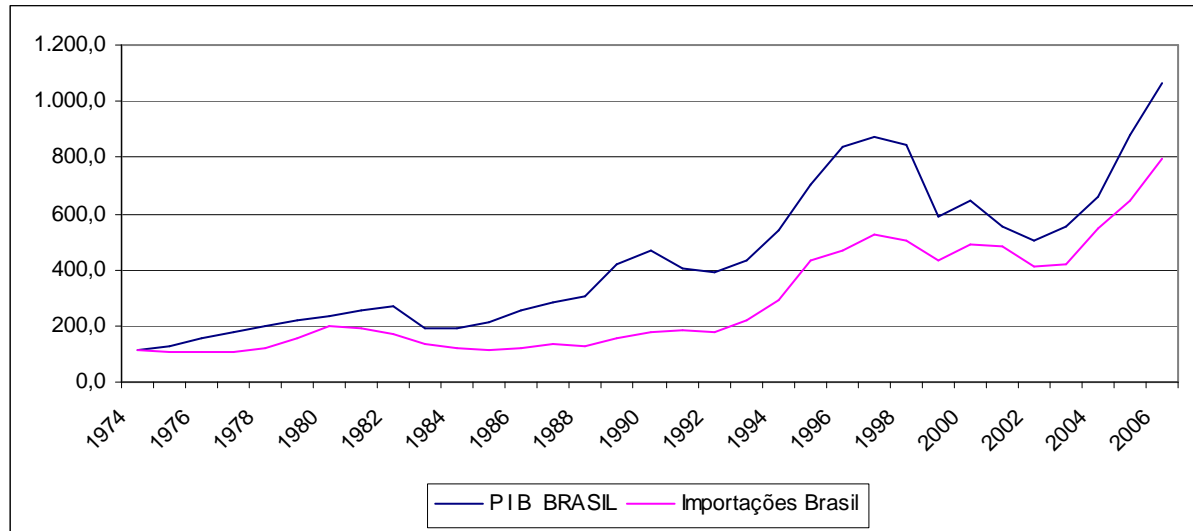
Fonte: SECEX (2008).

Entre outros fatores, Ribeiro (2006) aponta os mais relevantes na decisão de importar entre 1999 e 2005: a taxa de câmbio e a maior capacidade interna de absorção. O período estudado revela que a taxa de câmbio permaneceu depreciada em relação a 1999, tornando o ambiente desfavorável às importações, porém, a expansão da atividade doméstica incentivou as compras externas e compensou o fator cambial. A conclusão do autor para o agregado das importações é de que, no longo prazo, a capacidade de absorção interna foi o fator determinante para as importações brasileiras e, após esta, a taxa de câmbio. Esse resultado se inverte no curto prazo, onde a taxa de câmbio tem influência maior sobre as importações.

No gráfico 3 observa-se a relação entre o PIB e as importações do Brasil no período de 1974 a 2006. Nota-se que os movimentos nas duas séries apresentam uma maior correlação no período posterior a 1992, ano a partir do qual o processo de abertura comercial brasileira estava praticamente concluído. Este resultado corrobora as conclusões apontadas pela literatura: a abertura comercial representou uma mudança estrutural na elasticidade-renda das importações.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

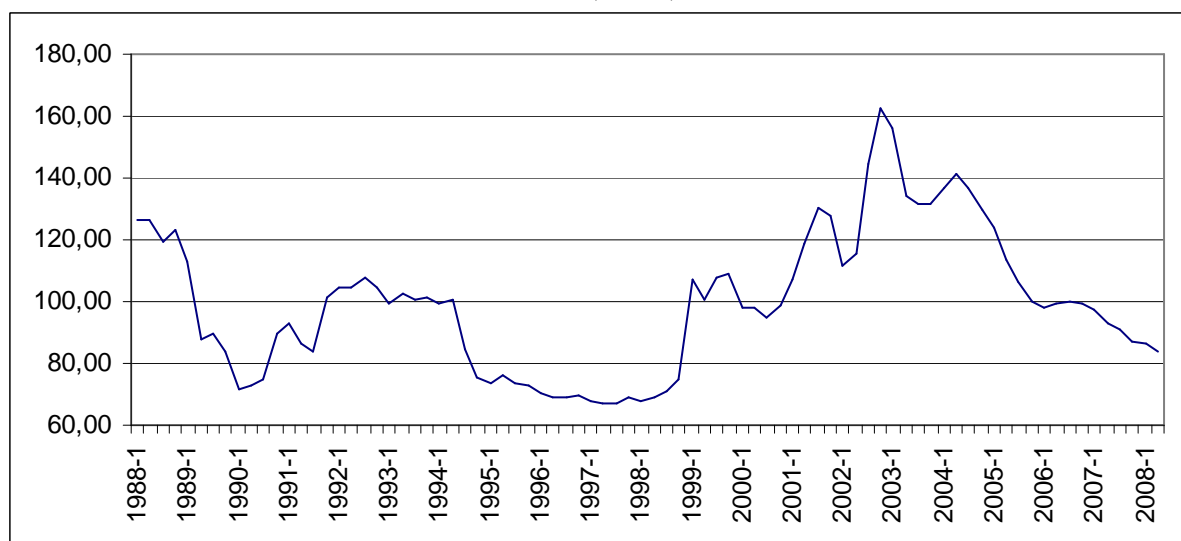
Gráfico 3 – Evolução Produto e importações brasileiras no período de 1974-2006 (Índice-base 1974)



Fonte: SECEX (2008).

As mudanças estruturais da economia brasileira também foram percebidas na política cambial com a desvalorização do câmbio real no final da década de 1970 e no início da década de 1980, início dos anos 1990 e, por fim, com a mudança no regime cambial em 1999 conforme apontam Moraes e Barbosa (2006).

Gráfico 4 - Índice da taxa de câmbio efetiva real trimestral brasileira no período de 1998 a 2008 (IPCA)



Fonte: BCB (2008).

Nota: Junho de 1994 = 100

Verifica-se, por meio do gráfico 4, a maior taxa de desvalorização cambial em 1990, após o Plano Collor I, e no período pós-mudança de regime cambial em 1999; a maior

valorização, por outro lado, ocorreu entre o Plano Collor II e o final do ano de 1994. Pode-se dizer que as oscilações na variável câmbio foram consequência da necessidade do controle de preços

O processo de abertura influenciou, para Azevedo e Portugal (1997), na ruptura dos coeficientes de longo prazo das variáveis explicativas de demanda por importações. O período escolhido para essa estimação foi de 1980 a 1995, onde se verificou que a elasticidade-renda na década de 1980 não era significativa, ou seja, o aumento da renda doméstica no Brasil não gerava impactos na importação e sim no mercado interno por consequência das restrições às importações. Após 1990, a variável renda passou a ser significativa com coeficiente 2 para o longo prazo. De forma inversa, a variável capacidade instalada, que apresentava significância antes da abertura, deixou de ser na década de 1990. O momento exato da ruptura, conforme testes realizados pelos autores, ocorreu no primeiro trimestre de 1990, início do Governo Collor.

4 Considerações finais

Após a discussão sobre o efeito das importações no desenvolvimento econômico no Brasil, é possível concluir que a economia do país se beneficiou com sua participação no processo de globalização, firmando acordos no MERCOSUL e incentivando a ampliação dos fluxos comerciais. A integração e a abertura econômica proporcionaram o progresso econômico devido à entrada de novas tecnologias mais produtivas. Além da ampliação do comércio com outras regiões, ocorreu uma reorientação dos fluxos com outros blocos e regiões, diminuindo a dependência e a vulnerabilidade em relação ao setor externo.

O processo de liberalização da política comercial colaborou para reverter o processo de estagnação econômica da década de 1980. A redução das barreiras tarifárias de 51,3% (média), em 1985, para 12,6% (média), 1995, determinou uma grande mudança da estrutura econômica do Brasil, provocando a necessidade de alterações da política cambial e reflexos na balança comercial.

As duas variáveis que influenciaram de forma mais significativa no volume de importações foram o câmbio e a capacidade interna de absorção. O câmbio apresentou maior significância no curto prazo e, no longo prazo, a capacidade interna teve maior influência nas importações. Enquanto o Brasil tinha uma taxa de câmbio controlada e apreciada, o cenário incentivava as importações, gerando déficit na balança comercial. Após a mudança para o

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

regime de câmbio flutuante, em 1999, a taxa se estabilizou em um nível mais depreciado, melhorando o desempenho da balança comercial até 2002. Mesmo com a apreciação cambial, as exportações seguiram a tendência de crescimento.

Ao separar as importações por categoria de uso, se constatou que a maior parte está ligada à cadeia produtiva com participação superior a 70% de bens intermediários e de capital. Isso reforça a ideia de que as importações corroboram para o desenvolvimento, absorvendo um padrão tecnológico mais elevado para melhorar a produtividade, tornando o Brasil mais competitivo em relação aos países mais desenvolvidos.

A abertura proporcionou um choque tecnológico, alterando o perfil do mercado de trabalho em relação à demanda por trabalhadores e exigindo mão-de-obra mais qualificada devido à tecnologia proveniente da abertura comercial. A eliminação dos postos de trabalho com menor qualificação influenciou no aumento da desigualdade salarial dos mais qualificados em relação aos menos hábeis. Sob essas circunstâncias, é inevitável a concentração de renda e o desaparecimento da classe média no período pós-Plano Real. No entanto, se verifica que as importações tiveram efeitos positivos de magnitude igual ou superior derivados da estabilização da inflação e da melhoria das condições de desenvolvimento humano, conforme verificado nos indicadores de desenvolvimento humano.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Filipe Z. de; PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão n. 1258.)

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento como Estratégia Nacional**. São Paulo: FGV, 2005. (Texto para Discussão n. 144.)

FEISTEL, Paulo Ricardo. **A natureza do comércio das regiões brasileiras no Mercosul**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Manoel C. R; MASSUQUETTI, Angélica. Disparidades regionais: análise comparada de desenvolvimento entre regiões do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 2008, Santa Cruz do Sul (RS). **Anais...** Santa Cruz do Sul (RS): SIDR, 2008.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Temas Especiais (2) - Macroeconomia brasileira

FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Disponível em:
<<http://www.funcec.com.br>>. Acesso em: 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2008.

LEITE, Pedro S. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

MORAIS, Igor A C de; BARBOSA, Alexandre Englert. Equações de oferta e demanda por exportações do setor de calçados, 1985/2003. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-90, jan./jul. 2006

PORTO, Sabino S. J.; COMIM, Flavio V.; RIBEIRO, Eduardo P. **Crescimento pró-pobre no Brasil** – uma análise exploratória. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

RIBEIRO, Livio S de L. **Dois Ensaio sobre a Balança Comercial Brasileira: 1999/2005**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em:
<<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balComercial.php>>. Acesso em: 2008.

WORLD BANK. **The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development**. Washington, DC: World Bank-Commission on Growth and Development, 2008.

YEATS, Alexander J. Does Mercosur's Trade Performance Rise Concerns about Effects of Regional Trade Arregement? **The World Bank Economic Review**, Oxford, vol. 12 n. 1, 1998.